Recurso nº 186/2007

Recorrente: A

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

O arguido **A** respondeu nos autos do Processo Comum Colectivo nº CR2-05-0014-PCC perante o Tribunal Judicial de Base.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal Colectivo proferiu o Acórdão decidindo que:

- Condena o arguido **A** pela prática, em co-autoria material, na forma consumada e em concurso de:
 - 1 crime de ofensa simples à integridade física, p. p. pelo artº 137º, n.º 1 do Código Penal, na pena de 1 ano de prisão; e
 - 1 crime de fuga à responsabilidade, p. p. pelo artº 64º do Código da Estrada, com alteração pela Lei n.º 7/96/M, na pena de 5 meses de prisão.
- Em cúmulo jurídico dos 2 crimes, condena numa única pena de 1 ano e 3 meses de prisão efectiva.
- Condena ao arguido a suspensão da validade da licença de condução por um período de 3 meses.

- Transitado em julgado, comunique à PSP e ao Conselho Superior de Viação, para os efeitos da execução da pena acessória.
- À título da indemnização do dano patrimonial e moral do ofendido **B**, condena o arguido a pagar, no montante de MOP\$30,000.00, acrescido dos juros à taxa legal, a contar desde a data do trânsito em julgado do presente acórdão até efectivo e integral pagamento.

Inconformado com a decisão, recorreu o arguido **A** que motivou, em síntese, o seguinte:

1. O acórdão recorrido violou a lei em virtude de não ter aplicado a suspensão de execução da pena de prisão prevista no artº 48º n.º 1 do Código Penal.
2. Na verdade, verifica-se que se encontram preenchidos os pressupostos de aplicabilidade deste artigo ao ora recorrente.
3. A suspensão da execução da pena de prisão ao recorrente não irá pôr em causa a salvaguarda das exigências mínimas do ordenamento jurídico, isto é, não irá colocar em causa a salvaguarda da prevenção geral.
4. No que toca à prevenção especial, isto é o afastamento do agente da criminalidade, verifica-se que o recorrentes confessou os factos e as encontra perfeitamente integrado na sociedade de Macau.

5. O recorrente vive com a sua família e tem a seu cargo o seu pai, que se encontra muito doente.
6. Existe, tendo-se como certo, que a mera ameaça da execução da pena de prisão a que foi condenado, constituirá uma advertência de tal modo forte que não o levará a cometer qualquer crime no futuro.

Nestes termos, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de Vossas Excelências, deve, pelas apontadas razões, ser julgado procedente o presente recurso, suspendendo-se a execução da pena de prisão aplicada ao recorrente.

Ao recurso respondeu o Ministério Público que concluiu que:

O recorrente, conformando-se com o mais, tão-só discorda do facto de a execução da pena única de 1 ano e 3 meses de prisão que, em cúmulo jurídico, lhe foi aplicada, não tenha sido suspensa.

Com efeito, a seu ver, estavam para tanto, preenchidos os pressupostos legais previstos no artº 48º n.º 1 do C. Penal, pelo que, não tendo sido decretada a almejada suspensão, mostra-se violado este preceito legal.

Ousa-se, pois, Ilustres Juizes, perguntar: estavam mesmo, no caso sub judice”, preenchidos os aludidos pressupostos?

Vejamos.

Antes de mais, dúvidas não há que o requisito material “sine qua non” pode a suspensão ser decretada, tem-se por verificado.

Na verdade, a pena de 1 ano e três meses de prisão que lhe foi aplicada, está bem abaixo do limite de 3 anos fixado no normativo em apreço.

Sucedo, porém, que, além dele, há toda uma panóplia de outros ligados à “personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste” que, cumulativamente, terão de ser ponderados, de modo a que o Tribunal possa “concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”.

Ou seja, na expressão feliz de IESCHECK, citado a fols 137 do Código Penal de Macau de Leal-Henriques/Simas Santos, em anotação ao preceito em apreço, é necessária “uma prognose social favorável” ao arguido.

Ora, no caso vertente, é bom de ver que tal prognose não ocorreu.

É que o Tribunal “a quo”, Ilustres Juizes, além do mais, não poderia deixar de dar o devido relevo:

- aos antecedentes criminais do recorrente.
- às circunstâncias do cometimento dos crimes (em comparticipação com 5 a 6 conhecidos seus que não se chegaram a identificar), de bem alta censura;
- às razões preventivas da criminalidade que se manifesta após a ocorrência de acidentes rodoviários.

Por isso, embora se reconheça pouca visibilidade das razões de prevenção especial (face ao decurso do tempo desde a prática dos

factos, mantendo o recorrente boa conduta, estando a trabalhar e socio-familiarmente inserido), não merece censura ou reparo que o tribunal não tenha feito, quanto ao recorrente, um juízo de prognose social favorável para decretar a suspensão da execução da pena.

Termos em que e nos melhores de direito, negando provimento ao recurso e, conseqüentemente.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer que se transcreve o seguinte:

“A questão colocada pelo recorrente prende-se tão só com a não suspensão da execução da pena de prisão aplicada pelo Tribunal a quo.

O Magistrado do Ministério Público evidencia já a sem razão do recorrente.

Nos termos do artº 48º do CPM, a suspensão da execução da pena só é decretada quando se verificarem, em caso concreto, todos os pressupostos, tanto formais como materiais, de que a lei faz depender a aplicação do instituto.

Quanto ao pressuposto formal, fala-se da medida da pena aplicada, que é a pena de prisão não superior a 3 anos, requisito este que está verificado no nosso caso concreto.

No entanto, o mesmo já não sucedeu com o pressuposto material de aplicação do instituto em causa – que o tribunal, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, conclua

por um prognóstico favorável: que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

E o artº 40º n.º 1 do CPM prevê que a aplicação de penas “visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade”.

Daí que os pressupostos materiais da suspensão da execução da pena consistem num prognose favorável ao arguido, por um lado, e na consideração sobre as necessidades de reprobção e prevenção geral do(s) crime(s) em causa, por outro.

Ou seja, para concessão da suspensão da execução da pena deve partir-se de um juízo de prognose social favorável ao agente, mas não se fica por aqui, sendo necessário ainda considerar-se as necessidades de reprobção e prevenção geral do crime.

No caso vertente, não parece que foi criada a convicção exigida por lei para que fosse declarada a suspensão da execução da pena.

A personalidade do recorrente revela-se com o circunstancialismo do caso descrito nos autos e também com as suas condutas anterior e posterior aos factos.

Resulta da matéria de facto provada que, após o embate do veículo que deu causa, o recorrente, além de não querer indemnizar os prejuízos que tinha causado ao taxo conduzido pelo ofendido e não pretender que o acidente fosse averiguado pela Polícia, agrediu, conjuntamente com 5 a 6 indivíduos seus conhecidos (de identidades desconhecidas) que apareceram no local na altura dos factos, o ofendido, tendo depois deixado o local.

Em audiência de julgamento, o recorrente confessou apenas uma parte dos factos a si imputados, não havendo a confissão integral.

Alega o recorrente que ele praticou os crimes reportados nos autos porque na altura “o seu raciocínio se encontrava toldado pelo álcool”.

No entanto, não foi isto provado nos autos, tendo o Tribunal a quo considerado que o recorrente “agiu livre, consciente e deliberadamente”.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar a antecedência criminal do recorrente, que no ano de 1999 tinha sido condenado, pela prática do crime de sequestro, na pena de 2 anos, pena esta que chegou a cumprir.

Perante uma situação como esta, aprece duvidoso se pode ainda falar na formação de um prognose favorável à reintegração social do recorrente.

Se mesmo depois do cumprimento da pena anterior, o recorrente voltou a praticar crime como é que se pode exigir ao Tribunal para concluir que, com a suspensão da execução da pena de prisão, se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, sabendo que uma das faladas finalidades é, precisamente, a reintegração do agente na sociedade?

E tendo em conta o tipo e a natureza dos crimes em causa, que são mais frequentemente cometidos na sociedade de Macau, bem como o circunstancialismo em que foram praticados os mesmos, cremos que são fortes as exigências de prevenção geral.

Há de ter presente que ao recorrente não assiste nenhuma razão ou motivo para agredir o ofendido.

E chama-se a atenção para a repercussão negativa produzida pela conduta do recorrente que agiu conjuntamente com outros indivíduos e naquelas circunstâncias descritas nos autos.

Concluindo, parece-nos que não se criou a convicção de que a simples censura do facto e a ameaça da prisão são capazes de realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Pelo exposto, é de concluir que não se deve suspender a execução da pena de prisão, por não estarem preenchidos todos os pressupostos previstos no art.º 48º do CPM.

Termos em que se deve julgar improcedente o presente recurso.”

Cumprido conhecer.

Foram colhidos os vistos dos juizes-adjuntos.

À matéria de facto, foi dada por assente a seguinte factualidade:

- No dia 26 de Dezembro de 2002, cerca das 4h10m da madrugada, o arguido A pôs em funcionamento o automóvel ligeiro MG-XX-XX que tinha estacionado no silo de automóveis Pak Wai situado na Rua do Almirante Costa Cabral, preparando-se para sair do silo.

- O arguido quando conduzia o veículo e fazia marcha à ré para sair, devido à falta de prudência, na curva próxima do local de cobrança do referido silo de automóveis, embateu na parte traseira direita do taxi de cor preta M-XX-XX conduzido por **B** que pretendia dirigir-se para cima e seguir para o 1º andar do silo.
- Em resultado directo do referido embate, uma parte da traseira direita do taxi ficou amolgada e o pára-choque partiu-se e ficou com rachas, sendo o valor das despesas de reparação de cerca de MOP\$3,000.00.
- De imediato, o arguido **A** e **B** saíram das suas viaturas e envolveram-se em discussões devido a questões de indemnização referentes ao referido acidente.
- O arguido, além de não querer indemnizar os prejuízos que tinha causado ao taxi conduzido por **B** e não pretender que o referido acidente fosse averiguado pela Polícia, ainda, em conjunto com cinco a seis indivíduos seus conhecidos (de identidades desconhecidas) que apareceram no local na altura dos factos, agrediu a socos e pontapés **B**, tendo, o arguido, de seguida, conduzido o automóvel e deixado o local.
- As condutas violentas do arguido e dos referidos indivíduos causaram directamente ferimentos a **B** que, em consequência, caiu ao chão, tendo-lhe sido diagnosticado no hospital que sofrera lesões, nomeadamente contusões e escoriações nos tecidos moles da testa esquerda.

- De acordo com a peritagem de medicina legal, necessitou de 3 dias para se recuperar das lesões.
- O arguido tinha perfeito conhecimento de que o acidente em que esteve envolvido tinha causado danos a um veículo de outrem, mesmo assim, não fez caso e deixou o local, com o intuito de se eximir de eventuais responsabilidades cíveis ou criminais, fora dos meios legais ao seu alcance.
- O arguido, em conjunto com outros indivíduos, utilizou força contra o ofendido, e, em consequência, ofendeu, efectiva e directamente, a integridade física do ofendido.
- O arguido agiu livre, consciente e deliberadamente, quando teve as referidas condutas.
- O arguido tinha perfeito conhecimento que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.

Mais se provou:

- O ofendido pede ao arguido uma indemnização, um total de MOP\$3000, composta pelos danos patrimoniais, designadamente as despesas da reparação do carro e da Assistência médica, e pelos danos morais.
- De acordo com o Certificado de Registo Criminal, o arguido não é um delinquente primário.
- Em 21 de Janeiro de 1999, o arguido foi condenado no âmbito do processo comum colectivo n.º 679/98, do 2.º juízo criminal deste Tribunal Judicial de Base (actual proc. n.º CR1-98-0012-PCC), numa pena de prisão de 2 anos de

prisão, pela prática de um crime do sequestro, pelo tribunal colectivo, n.º 679/98, do 2.º juízo criminal (actual proc. n.º CR1-98-0012-PCC), em 21 de Janeiro de 1999, a sentença essa que já transitou em julgado em 4 de Fevereiro de 1999. E o arguido cometeu o referido crime em 22 de Junho de 1998.

- O arguido começou a cumprir a sua pena no EPM a partir de 21 de Janeiro de 1999, e foi libertado saiu da prisão pela or liberdade condicional concedida em 23 de Junho de 2000. E por despacho de 8 de Janeiro de 2001,foi concedida a arguido a liberdade definitiva.
- O arguido é agora gerente dum empresa electrónica, com o salário mensal de MOP\$8000, a sua cõnjuge é “croubier”(dealer) da SJM, com quem têm dois filhos de idade menores, . O arguido tem uma habilitação escolar de 7.º ano.

Factos não provados: não há mais factos essenciais por provar.

Conhecendo.

O recorrente delimitou o seu recurso na parte da decisão em que não lhe aplicou a pena de suspensão nos termos do artigo 48º do Código Penal, entendendo que a suspensão da execução da pena de prisão não iria pôr em causa a salvaguarda das exigências mínimas do ordenamento jurídico, isto é, não irá colocar em causa a salvaguarda da prevenção geral e no que toca à prevenção especial, verifica-se que o recorrentes confessou os factos e as encontra perfeitamente integrado na

sociedade de Macau, pois, o recorrente vive com a sua família e tem a seu cargo o seu pai, que se encontra muito doente.

A sentença recorrida considerou que “nos termos do artigo 48º do Código Penal de Macau, ponderando a personalidade do arguido, a sua conduta anterior e posterior ao crime e a sua condição da vida, tendo em conta nomeadamente o facto de não ser primário o arguido e de, não sendo embora gravoso o ferimento do ofendido, a consequência negativa à tranquilidade social provocada pelo conduta do arguido que reuniu um multidão a agredir outrém no local público, a respectiva pena não pode realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”.

Então vejamos.

Como se sabe, o instituto da pena de suspensão consagrado no artigo 48º do Código Penal é aplicado a critério da culpa do arguido e a necessidade da punição do crime, pelo qual confere ao julgador o poder-dever de suspender a execução da pena de prisão quando a pena de prisão aplicada o tenha sido em medida não superior a três anos e conclua que a simples censura do facto e ameaça de prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, isto, tendo em conta a personalidade do agente, as condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste.

Ou seja, para que uma pena não superior a 3 anos de prisão possa ser suspensa é necessário que o julgador, reportando-se ao momento da decisão e não ao da prática do crime, possa fazer um juízo de prognose favorável relativamente ao comportamento do arguido, no sentido de que a ameaça da pena seja adequada e suficiente para realizar as finalidades da punição.¹

¹ *In* Maia Gonçalves, Código Penal Português, anotado e comentado, 10ª Edição-1996, p. 233 em que citou o Ac. do STJ de Portugal de 11 de Maio de 1995, do processo 47577/3ª.

Logo verifica-se o pressuposto formal, tendo em conta de ser a pena concreta de 1 ano e 3 meses de prisão.

E os pressupostos materiais?

Está provado nos autos que:

- ... , o arguido e **B** saíram das suas viaturas e envolveram-se em discussões devido a questões de indemnização referentes ao referido acidente.
- O arguido, além de não querer indemnizar os prejuízos que tinha causado ao taxi conduzido por **B** e não pretender que o referido acidente fosse averiguado pela Polícia, ainda, em conjunto com cinco a seis indivíduos seus conhecidos (de identidades desconhecidas) que apareceram no local na altura dos factos, agrediu a socos e pontapés **B**, tendo, o arguido, de seguida, conduzido o automóvel e deixado o local.
- As condutas do arguido e dos referidos indivíduos causaram directamente ferimentos a **B** que, em consequência, caiu ao chão, tendo-lhe sido diagnosticado no hospital que sofrera lesões, nomeadamente contusões e escoriações nos tecidos moles da testa esquerda.
- Em 21 de Janeiro de 1999, o arguido tinha sido condenado na pena do prisão de 2 anos de prisão, pela prática de um crime do sequestro. A pena não se extinguiu.

Como resulta dos autos, não está provado que o arguido tinha confessados os factos, tendo o arguido sido condenado pelo crime de

sequestro e embora tivesse cumprido a pena, reuniu um multidão a agredir outra pessoa com quem envolveu no acidente de viação.

Embora a condenação anterior não implica a aplicação da pena não suspensão, mostra-se ser grave o presente caso não pela natureza dos crimes mas sim pelas circunstâncias do seu cometimento, revela por isso a personalidade marginal do arguido, quer pelo crime cometido no presente quer no crime cuja pena condenada tinha sido cumprida, e a difícil ressociação do arguido. Ou seja, no ponto de vista de prevenção especial, não resultam positivos os elementos prognósticos.

Com a conduta do arguido tomada nesta comunidade, certamente põe em causa a tranquilidade e segurança sociais, o que leva a maior exigência de defesa do ordenamento jurídico.

Como se tem citado do Professor Figueiredo Dias, mesmo com "a conclusão do tribunal por um prognóstico favorável - à luz, conseqüentemente, de considerações exclusivas de prevenção especial e socialização - a suspensão da execução da prisão não deverá ser decretada se a ela se opuserem "as necessidades de reprovação e prevenção do crime", pois, "estão aqui em questão não quaisquer considerações de culpa, mas exclusivamente considerações de prevenção geral, sob a forma de exigências mínimas e irrenunciáveis de defesa do ordenamento jurídico. Só por estas exigências se limita - mas por elas se limita sempre - o valor as socialização em liberdade, que ilumina o instituto em análise".²

Nesta conformidade, não se afigura ser censurável a decisão de não aplicação da pena de suspensão com vista de defesa a ordenamento jurídico, pois não estão verificados os pressupostos materiais da sua aplicação.

² Figueiredo Dias, Direito Penal Português, As Consequências Jurídicas do Crime, págs. 344.

É de improceder o recurso.

Acordam neste Tribunal de Segunda Instância em negar provimento ao recurso interposto pelo arguido A.

Custas pelo recorrente, com a taxa de justiça de 6 UC's.

Transitado em julgado o presente acórdão, passe os competentes mandados de detenção contra o arguido para o cumprimento da pena.

Macau, RAE, aos 17 de Abril de 2008

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo

Lai Kin Hong